

POLÍTICAS CULTURAIS: CAMINHOS TRILHADOS

CULTURAL POLICIES: PURSUED PATHS

Antonio Germano Magalhães Junior

Prof. da Universidade Estadual do Ceará (UECE), graduado em Pedagogia e História, Mestre, Doutor e Pós-Doutor em Educação. E-mail: germanomjr@uece.com.br

Guaraciara Barros Leal Resumo

Estudante do Mestrado Acadêmico em Educação da UECE. E-mail: guaraciara@globo.com

Resumo

Este artigo é um espaço de reflexão teórica acerca das temáticas, cultura e políticas culturais, e se fundamenta em conceitos formulados por alguns pesquisadores especialistas, entre outros, como: Raymond Williams (1992) que elabora seu conceito com origem no vocábulo cultura como cultivo de vegetais ou (criação e reprodução) de animais e, por extensão, cultura (cultivo ativo) da mente humana, chegando ao sentido antropológico, um "modo de vida global", distinto, e também como "sistema de significações" bem definidos, essencialmente envolvido em todas as formas de atividade social; Zygmunt Bauman (2005) que entende cultura além de antônimo de "natureza", denotando características humanas que, em clara oposição aos obstinados fatos da natureza, são produtos, resíduos ou efeitos colaterais das escolhas dos seres humanos; Leonard Brant (2009) para quem cultura não se limita a manifestações artísticas ou a aspectos econômicos e sociais, mas engloba a conjugação de todos esses vetores. Para ele, o poder da cultura configura-se como uma *plataforma de ações voltadas ao conhecimento e à valorização da cultura como elemento fundamental para o desenvolvimento humano em todos os seus aspectos*. Para discutir políticas culturais, utilizamos os estudos de Alexandre Barbalho (2008), para quem o objeto *políticas culturais* não está inserido em saber específico, em uma ciência exclusiva denominada política cultural, esta, trata dos princípios, dos meios e dos fins norteadores da ação, fazendo distinção com o que se denomina de gestão cultural. Para introduzir as políticas culturais, o texto traz breve his-

tórico sobre a constituição dessas políticas em um recorte temporal que vai do governo Geisel ao governo Lula. A partir das reflexões dos teóricos apresentados, o estudo apresenta a cultura como elemento mobilizador, articulador e agregador de pessoas e de ideias, buscando relação entre educação e cultura nas políticas culturais definidas para Fortaleza no período entre 2007 a 2010 e o entrelaçamento de seus caminhos. Nesse exercício, analisa os documentos produzidos nas três conferências municipais de cultura, realizadas em Fortaleza com o objetivo de definir políticas culturais para a cidade, relacionando-os com o Plano Nacional de Cultura: diretrizes gerais - 2008, e o Plano Municipal de Educação de Fortaleza - 2007, elaborado para um período de 10 anos, procurando identificar as interfaces que se estabelecem entre as duas políticas públicas, e os processos em que foram formulados.

Palavras-chave: cultura, políticas culturais, educação.

Abstract

This article aims to propose a theoretical reflection around two terms: culture and cultural politics. In order to promote this reflection on the first concept, culture, I base my analysis on three specialists: Raymund Williams (1992), Zygmunt Bauman (2005) and Brant Leonard (2009). The first one, Raymond Williams (1992), elaborates his own idea about culture from the original comprehension of this word which came from the biological field: culture as vegetable cultivation or animal cultivation (breeding and reproduction); by extension, culture (active cultures) is also comprehended as cultivation of the human mind and finally, in an anthropological sense, culture is understood as a particular "global way of life," as a "system of meaning" well defined, essentially involved in all forms of social activity. To the second researcher, Zygmunt Bauman (2005), culture is understood as the antonym of "nature", denoting that human characteristics, in clear opposition to the stubborn facts of nature, are products, residues or side effects of human choices. And to the third specialist, Brant Leonard (2009), culture is not limited to artistic or economic and social aspects, but it covers the combination of all these fields; as he proposes, culture is a fundamental key to the human development in all its aspects. Aiming to raise a reflection over cultural policies, I bring some analysis proposed by Alexandre Barbalho (2008), who defends that the cultural policies are not inserted into a specific knowledge. According to this Brazilian researcher, cultural policies does not belong to a particular scientific field called Cultural Politics; instead of this

comprehension, Barbalho believes that cultural politics deal with the principles, means and purposes of human action, which is different from what is cultural management. To introduce the analysis on cultural policies in Brazil, I present a brief history about the formation of these policies along the tenures from Geisel to Lula. From the theoretical reflections presented, this study points out to another comprehension of culture: herein, culture is understood as a mobilizing, articulating and aggregating tool of people and ideas. Then, I also intend to identify the relation between education and culture in the cultural policies in Fortaleza along the period from 2007 to 2010. In order to do so, first, I examine some official documents produced in the three Cultural Conferences promoted by the municipality of Fortaleza, which main goal was to define its cultural policies; and after this preliminary analysis, I compare these local documents to a national one, the National Culture Plan: general guidelines (2008). Finally, I still analyse the Municipal Education Plan (2007), prepared for a period of 10 years, in order to identify the interfaces created among all these policies, without forgetting the historical contexts that they have been formulated.

Key-words: culture, cultural policies, education.

Em busca de significados

Este texto constitui espaço de reflexão teórica acerca das temáticas cultura e políticas culturais. No processo de elaboração algumas perguntas inquietam: O que é cultura? Como falar de política cultural sem antes buscar significados que compõem a palavra-conceito cultura? Quais autores conduzirão o estudo?

Antes de adentrar nos aspectos conceituais, destaque-se que se compreende a cultura, assim como o faz Brant (2009, p. 7 e 13), um projeto humanista com dimensões individual, política e organizacional, em sintonia com temáticas sociais e ambientais. Nesse sentido, cultura não se limita a manifestações artísticas ou a aspectos econômicos e sociais, constitui-se conjugação de todos esses vetores.

Compreende-se cultura também como elemento mobilizador, articulador e agregador de pessoas e de ideias, o que leva ao reconhecimento da relação que se estabelece entre educação e cultura e o entrelaçamento de seus caminhos. Para a UNESCO¹, cultura é

um conjunto de características distintas espirituais, materiais, intelectuais e afetivas que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Abarca além das artes e das letras, os modos de vida, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.

O termo cultura assume significados diversos nas Ciências Sociais e se refere ao aspecto da vida social que se relaciona com a produção do saber, da arte, do folclore, da mitologia, dos costumes que são transmitidos, e por isso, perpetuados de uma geração à outra. Especificamente, na Sociologia simboliza o que é aprendido e partilhado pelo conjunto dos indivíduos de um determinado grupo social ao qual pertença, daí o relativismo cultural que distingue as diferenças culturais, expressas nas particularidades de hábitos e de costumes dos povos; na Filosofia serve para designar tanto a formação do espírito humano, quanto de toda a personalidade do homem: gosto, sensibilidade, inteligência, os saberes coletivos da humanidade, conjunto das representações e dos comportamentos adquiridos pelo homem como ser social, os símbolos, o imaginário, as atitudes de um povo. A cultura é também entendida como informação, erudição, e conjunto de regras e comportamentos; na Antropologia representa tudo que se inclui como conhecimento, crenças, arte, va-

lores morais, leis, expressada nas formas de **organização de um povo**, seus costumes e tradições, é o que se apresenta **como identidade**, o modo como indivíduos ou comunidades respondem às suas **próprias necessidades** e desejos simbólicos.

Em Cascudo (2004, p. 41) "a cultura compreende o **patrimônio tradicional** de normas, doutrinas, hábitos, acúmulo de **material herdado** e acrescido pelas **aportações inventivas** de cada geração". Os **conceitos** levam à convicção de que educação e cultura estão **irremediavelmente** ligadas uma vez que a educação é um processo de **transmissão cultural**, embora apenas recentemente os estudos sobre multiculturalismo **tenham** colocado o assunto na pauta de discussão.

Ralf Linton, citado por Cascudo, assevera que cultura significa "a herança social e total da Humanidade". Para destrinchar o termo **cultura**, o autor retoma o termo latino *cultum*, trabalho na e da terra - plantio e colheita de vegetais cultivados, o mesmo que agricultura e lavoura, aquilo que se planta, o que se colhe e avança no conceito quando diz que

a função de qualquer cultura é sempre o resultado da participação humana e em seu serviço. Estuda-se, evidentemente, a criação, o desenvolvimento e transformação do esforço humano para adaptar-se e conquistar o ambiente em que vive [...] o homem conseguiu resistir e dominar a natureza, é o motivo fundamental da etnografia e, no plano do método histórico-cultural, da **culturologia** (CASCUDO, 2004).

Em Williams (1992, p. 10-11), a origem do vocábulo cultura vem de cultivo de vegetais ou **criação e reprodução** de animais e, por extensão, cultura, cultivo ativo da mente humana. Segundo o autor, no final do século XVII, particularmente na língua alemã e na inglesa, o termo **cultura** é **utilizado** para **configuração ou generalização** do "espírito" que informava o "modo de vida global" de determinado povo. No desenvolvimento de seus estudos apresenta o conceito de cultura como cultivo da mente, **um estado mental desenvolvido**, e nessa compreensão, "pessoa de cultura" é o mesmo que "pessoa culta"; cultura significa "as artes" e o "trabalho intelectual do homem", que se amplia no sentido antropológico, "modo de vida global", distinto, e também "sistema de significações" bem definido, essencialmente envolvido em todas as formas de atividade social.

Bauman (2005, p.67) traz a indicação de que a palavra cultura entrou em nosso vocabulário há dois séculos como antônimo de "natureza",

denotando características humanas que, em clara oposição aos obstinados fatos da natureza, são produtos, resíduos ou efeitos colaterais das escolhas dos seres humanos.

O que se observa é que nos vários autores, a idéia de cultura está entrelaçada à interferência do homem sobre a natureza, sempre com o intuito de transformá-la, assim como, está ligada aos usos e costumes, valores, crenças, tradições vivas que são assimiladas e transmitidas de geração a geração, o que inevitavelmente se caracteriza como processo educativo.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, traz o reconhecimento da cultura como direito de todos os brasileiros, introduzindo os *direitos culturais*² como direito de cidadania e ao fazê-lo, busca superar os resíduos autoritários da ditadura militar (1964 a 1985) que limitou, entre outras, a liberdade de ser, de sentir, de expressar.

A cultura encabeça o capítulo III do título VIII, da Constituição Federal, junto à "educação" e ao "desporto", e possui seção própria que estabelece minúcias até então olvidadas pelos enunciadores constituintes precedentes. Há, portanto, a criação de novas realidades em torno da ideia de cultura. Percebe-se que a noção de cultura na Constituição da República é sempre talhada segundo articulações valorativas de sentido, sendo referida em diversas acepções, como: bem, patrimônio, valor, ação, produto, status de desenvolvimento social, e até mesmo sendo homologada às ideias de idoneidade moral e etnia. Esta última coloca em pauta as presenças negras e indígenas, além da europeia: "O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro" (CF, Art. 242, § 1º). A Carta traz como princípio a proteção do patrimônio cultural contra qualquer iniciativa que possa vir a descaracterizar a cultura nacional; reconhece que todas as pessoas podem se exprimir, criar e difundir seus trabalhos com direito à educação e formação de qualidade que respeitem plenamente a sua identidade cultural; abre espaços democráticos de participação para além do discurso, atestando que os direitos culturais são a expressão da identidade de uma comunidade, de um povo, características que atribui ao Estado democrático (CF, Art. 215).

Os conceitos apresentados trazem as dimensões humana, social e política como princípio e fim da cultura. Na cultura está a essência daquilo que constitui os povos como jeito de ser, de fazer, de se expressar e de sentir, próprios; é o que aproxima e distancia pessoas, é a identidade e também a diferença, é o diverso. São as lendas, os mitos, os hábitos ali-

mentares, os folguedos, os modos de falar, de vestir-se e enfeitar-se, as superstições, os costumes.

Cultura é também entendida como conjunto de conhecimentos adquiridos; a instrução, o saber; conjunto das estruturas sociais, religiosas, das manifestações intelectuais e artísticas que caracterizam uma sociedade: a cultura inca; a cultura oriental; é ainda, o conjunto de tradições, técnicas e conhecimentos de um povo. Vistas e sentidas nessa dimensão, cultura e educação vão se tornando, cada vez mais, indissociáveis.

Já sobre as políticas culturais

essas são estratégias eleitas, autoritária ou democraticamente por instituições públicas e privadas, e se formatam em programas de intervenções práticas que se realizam em um determinado tempo e espaços; dizem das idéias, das intenções, das crenças, dos compromissos, das responsabilidades de quem as elege. (BARBALHO, 2008, p. 21).

Barbalho (2004, p.21) faz distinção entre políticas culturais e gestão cultural, para ele, enquanto "as políticas tratam dos princípios, dos meios e dos fins norteadores da ação, a gestão cuida de organizar e gerir os meios para a execução dos princípios e dos fins". Assim tratado, definir e executar políticas culturais parece algo harmônico, no entanto, ao compreender como se dá a decisão política de fazê-lo, vê-se que sua execução está longe de ser uma simples tarefa administrativa, pois as tomadas de decisão envolvem conflitos de ideias, disputas institucionais e relações de poder.

Neste mundo globalizado e pós-moderno³ a cultura vem ganhando dimensões de mercadoria e se viabiliza, mostra e se expõe, pela janela das indústrias culturais⁴, é o que se chama de *mercantilização* da cultura.

Políticas culturais: caminhos trilhados

Nesse caminhar, os limites ora apresentados serão as rupturas de modelos governamentais da ditadura militar à redemocratização e as políticas culturais que os caracterizam, tendo como recorte o tempo do governo Geisel ao governo Lula.

A partir dos anos 70, iniciativas como a criação do Instituto Nacional do Livro – INL e a Embrafilme vão sinalizando para uma ação de

centralização das decisões e de controle sobre o quê será mostrado ao público, uma vez que a produção artística brasileira estava limitada e conformada pela censura característica dos governos de força. Vem dessa época a política de padronização dos livros didáticos distribuídos nas escolas públicas de ensino primário, função que competia ao INL. A Embrafilme, por sua vez, exercia o poder de financiar, controlar e incentivar a produção e distribuição de filmes, selecionados na perspectiva do momento de exceção em vigor.

Entre 1974 e 1979, no governo Geisel e gestão do Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, foram criados o Conselho Nacional de Cinema – CONCINE e a Fundação Nacional da Arte – FUNARTE, o Estado Mecenaz dá seus primeiros passos, base para a definição da nascente iniciativa de se estabelecer uma política cultural para o país.

Findo o momento da ditadura militar, quando as regras estatuídas foram postas em questão, o Brasil se voltou para o esforço de consolidar a ordem política democrática e nesse caminho, deveria redefinir o Estado, reconstruir esperanças, recompor vidas. Se em um passado distante, Getúlio Vargas pretendeu, pela divulgação da arte e da cultura, fomentar o nacionalismo e promover *o novo homem brasileiro*, os militares de 1964, buscaram sedimentar a integração nacional. Mas tanto Getúlio quanto os militares, talvez por serem na essência e na prática, agentes de governos autoritários, pretenderam elaborar uma *cultura nacional*. Observa Barbalho (2008, p. 64-65) que as elites dirigentes de 64, constituídas pelos militares, ao contrário de Vargas, não pretendiam criar uma nação, mas garantir a sua integração, para o quê, mais uma vez, a cultura se constituísse em elemento central.

Por reconhecer a força da produção simbólica, em 1966 o governo criou o Conselho Federal de Cultura – CFC "formado por intelectuais renomados, de perfil conservador, escolhidos entre instituições consagradas" (BARBALHO, 2008, p.64-65). Ao criar o CFC o governo "pretende elaborar uma determinada visão de cultura mais adequada aos seus interesses" (BARBALHO, 2008, p.65), o que se cumpriria, a partir do desenvolvimento de um plano nacional de cultura. Data de 1973 a elaboração das Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura, documento que resultou, em 1975, na Política Nacional de Cultura.

Em 1979, ao assumir o Ministério da Educação, Eduardo Portella, alterou os princípios até então aceitos e declarou achar mais importante a cultura que a educação, a sua fala trouxe a ideia, não burilada, de transformar a cultura em bem de consumo. "É preciso trazer o objeto cultural

para participar das estruturas de mercado como os demais produtos". Esta seria a base para o que viria a se constituir no primeiro movimento de atração de incentivos fiscais para a cultura: a Lei Sarney⁵ que criou uma "burocracia cultural, gerada pelas exigências jurídicas e contábeis que englobava" [...] a agenda cultural, a partir da Lei Sarney, passou a ser ditada, de fato, pelos gerentes de marketing e animadores culturais. "A arte passava a ser vista como animação e a cultura, como espetáculo". (LAMOUNIER; FIGUEREDO. 2002, p. 632).

Instalou-se no Brasil uma nova lógica, a do mercado e, conseqüentemente, a aproximação dos projetos culturais ao gosto dominante. Crítica recorrente entre produtores culturais era a de que o Estado, abrindo mão de seu papel, delegava às empresas e pessoas físicas decisões que lhe cabiam.

O primeiro pleito de brasileiro civil para a presidência da República ocorreu em 1985, final da ditadura militar e foi embalado pela força do movimento *Diretas, Já*⁶. Tancredo Neves⁷ foi eleito para Presidente do Brasil: esperança e perda; morreu antes de tomar posse e José Sarney, vice-presidente de chapa, assumiu o comando.

Naquele momento, segundo Reis (1989), o grande problema a ser enfrentado pelo governo de transição era o grau de autonomia que a burocracia ganhou durante o regime militar que se constituiu um "ator crucial no processo decisório de políticas durante o Estado burocrático-autoritário" (REIS, 1989, p. 106).

Ao assumir o governo, o Presidente Collor⁸ promoveu verdadeiro desmonte das instituições culturais, desarticulando o Ministério da Cultura e a Lei Sarney. As ações do então Ministério passaram para a recém criada Secretaria de Cultura.

No governo Collor (1990 a 1992) foram também extintos órgãos formuladores e executores de políticas culturais: a Embrafilme, a Fundação Nacional de Arte – FUNARTE, a Fundação de Cinema Brasileiro e a Fundação Nacional de Artes Cênicas – FUNDACEN.

As políticas adotadas no governo Collor voltaram-se para reduzir o papel do Estado nas decisões sobre assuntos da cultura. A Lei Rouanet⁹, enviada ao Congresso, em 1991, constituiu-se base da política de incentivos fiscais adotada no Brasil, a partir de então. O Programa Nacional de Financiamento da Cultura se viabilizava em três linhas de apoio: o Fundo Nacional de Cultura – FNC, os Fundos de Investimento Cultural e Artístico – FICART, e o Apoio ao Mecenato Privado.

O aparato burocrático que caracterizava o texto legal limitava a viabilidade de financiamentos, de 1992 a 1994, no governo Itamar Franco, apenas setenta e duas empresas investiram em cultura no País (LAMOUNIER; FIGUEIREDO, 2002).

O governo Itamar adotou como política o apoio ao cinema nacional e encaminhou para o Congresso Nacional a lei de incentivo fiscal, nº 8685/93, do Audiovisual, para dez anos¹⁰, que traz como essência estimular o investimento na produção e coprodução de obras cinematográficas e audiovisuais e infraestrutura de produção e exibição. Ganhava corpo o modelo de financiamento de projetos culturais, via incentivos fiscais. Do formato implantado surgiu um novo profissional para o mercado, o agente cultural¹¹ que intermediava as negociações para financiar os projetos culturais.

No governo Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), Francisco Weffort assumiu o Ministério da Cultura e a política por ele implantada sustentou-se, principalmente, em duas idéias: a de que sem dinheiro não existe produção cultural; e que o Brasil precisava desenvolver uma "forte indústria cultural" (LAMOUNIER; FIGUEREDO, 2002, p. 636). A cultura estava, portanto, entregue à livre flutuação dos interesses do mercado e os caminhos para os financiamentos ficaram mais longos com a exigência da aprovação prévia dos projetos que deveriam atender a normas jurídicas e contábeis. Os departamentos de promoção e marketing das empresas financiadoras buscavam apoiar projetos que dessem visibilidade às suas marcas, em detrimento do valor simbólico das produções artísticas e culturais, o que de alguma forma privilegiava artistas mais conhecidos e do eixo sul-sudeste. Os talentos pulsantes, principalmente do Nordeste e do Norte, tinham raras chances de apoio financeiro para bancar suas produções e mostrá-las ao público. Essa política, diziam os críticos, criava "não só um mercado de bens culturais, mas um mercado de imagens institucionais" (LAMOUNIER; FIGUEREDO, 2002, p. 636).

O governo FHC buscou atrair investimentos para a cultura nas estatais¹², mas o programa de privatização desestabilizou o modelo desenhado, uma vez desestabilizadas as empresas, principalmente as de telecomunicações, antes estimuladas pelo governo para que investissem em cultura, abandonaram esse interesse. Sem apoio, a verve artística perde a capacidade de se expressar, de ganhar forma, de revelar-se. Nessa área, o governo FHC viveu falência anunciada, decretada pela política econômica em vigor.

Entre as leis Sarney e Rouanet, duas diferenças: a primeira "apresentava distorções e por isso era considerada frágil e manipulável; a segunda, burocrática e cheia de obstáculos". (LAMOUNIER; FIGUEREDO, 2002, p. 637). O Ministro Weffort tinha pelo menos dois desafios a enfrentar: de um lado ampliar a aproximação com a iniciativa privada, estimulando-a no financiamento da Cultura; de outro, fazer o Estado forte o bastante para não se tornar refém do modelo. Ao largo, corriam reivindicações da classe artística no sentido de cobrar do Estado outras linhas de financiamento para além da isenção fiscal.

O que mais chama a atenção na política de isenção fiscal é que, ao promover a renúncia, o Estado deixava de arrecadar e, por isso, em última instância, ele era o financiador, razão que levava artistas e críticos a insistirem que as empresas privadas deveriam tirar dinheiro de seus caixas para os investimentos, no modelo adotado, o Estado financiava, mas não decidia. Percepção comprovada em pesquisa realizada, no ano de 1997, pela Fundação João Pinheiro de Minas Gerais, na seleção dos projetos para financiar os departamentos de marketing, optava por projetos que trariam retorno para a *imagem* das empresas, assim, projetos que aos olhos dos empresários não trariam retorno foram descartados, entre eles, os de biblioteca e os de orquestras sinfônicas, pois tais iniciativas não respondiam aos interesses imediatos. A pesquisa identificou também que 97% dos recursos ficaram com a região Sudeste¹³, não servindo para superar a concentração cultural. Apesar das críticas, o governo comemorava o aumento de 10.900% no número de projetos financiados, entre 1992 e 1996 (LAMOUNIER; FIGUEREDO, 2002, p. 643).

Na área da música o governo FHC ficou entre o apoio restrito às orquestras e mais amplo apoio às bandas de música. Nessa área paira a compreensão de que o governo não soube lidar com o apoio à música popular brasileira representada nas iniciativas de preservação do direito autoral, gravação e distribuição do material artístico.

A partir do segundo governo FHC iniciado em 1998, as privatizações das estatais foram incrementadas e a política atingiu fortemente as empresas de telecomunicações, até então as principais investidoras no setor da cultura, o que resultou em queda de 1/3 dos investimentos. Com o recuo o governo propôs-se a criar linhas de crédito nos bancos ou um fundo que suportasse os incentivos, nesse caminho, criou, por meio do BNDS, uma carteira de incentivos para o cinema. Esta área recebeu apoio, e o debate estabelecido entre governo, produtores, cineastas e empresários, levou à formação do Grupo Executivo para o Desenvolvimento da

Indústria Cinematográfica¹⁴ e, em 2001, por medida provisória, criou-se a Agência Nacional de Cinema (ANCINE) e com ela a Política Nacional de Cinema e do Conselho Superior de Cinema; estavam postas as bases para o que se denominou *promoção da cultura nacional e da língua portuguesa*. Apesar da política voltada para o fortalecimento das produções cinematográficas, não se viu redução na queda de espectadores.¹⁵

Em 2001, o governo ampliou o raio de atuação nas artes e lançou o EnCena Brasil¹⁶, um programa permanente de incentivo às artes cênicas, que recebeu críticas dos "feitores" do teatro que não se percebiam preparados para enfrentar a burocracia advinda dos processos financeiros, caminho para os financiamentos. Essa iniciativa, como outras, beneficiava atores e diretores mais afeitos ao teatro como entretenimento, deixando as montagens mais críticas sem apoio. Entre as iniciativas para levar a linguagem cênica ao público, criou a TV Arte e Cultura, sem fins lucrativas, veiculada à TV paga com a finalidade de abrir espaço para os trabalhos produzidos pela Lei Rouanet e do Audiovisual.

Alguns números apresentados em *A Era FHC: um balanço*, organizado por Lamounier e Figueiredo (2002), demonstram o desempenho do financiamento na cultura: em 1992, 6 espetáculos de artes cênicas receberam aprovação, em 1998 foram 118 espetáculos; na música o número saltou de 2 para 108 eventos; nas artes plásticas, de 1 para 58. Tal desempenho na aprovação dos projetos, no entanto, não representava garantia de investimento, pois nem todos os projetos aprovados conseguiram captar os recursos.

O governo FHC fez da política de incentivos fiscais o caminho para o financiamento das atividades culturais no Brasil, substituindo o Mecenato do Estado, característico do período militar, pelo Mecenato privado, sujeito aos imprevistos do mercado e aos interesses dos financiadores, transformando a arte em *produto cultural*. Em síntese, o governo FHC criou uma política para que o Estado investisse em cultura, mas desestruturou essa iniciativa com as privatizações, assim um órgão que antes era estatal, servindo ao interesse do Estado e ao bem comum, passou a se constituir como empresa privada, voltado para interesses lucrativos, mais que para os culturais.

A consolidação da democracia

O Partido dos Trabalhadores foi gestado em meio a muitos outros movimentos que buscavam a redemocratização do País e representou

um acontecimento marcante na vida política brasileira. O PT surgiu como alternativa de organização da classe trabalhadora¹⁷, trazendo a bandeira de um novo sindicalismo, oposto ao vigente¹⁸; um partido *dos e não para* os trabalhadores, fazendo reerguer esse sujeito coletivo nomeado de classe trabalhadora; surgiu para "elevar o grau de mobilização, organização e consciência das massas". (CARTA DE PRINCÍPIOS, 1979).

O PT surgiu manifestando-se contra todas "as formas de exploração, opressão" (CARTA DE PRINCÍPIOS, 1979; MANIFESTO PRÓ PT, 1980) e "nasce da vontade de emancipação das massas populares" (MANIFESTO PRÓ PT, 1980). Entende-se que tais princípios sairão do plano da utopia¹⁹ e poderão se efetivar por duas vias: a da educação aqui entendida como conscientização, conforme a defende Paulo Freire – "educação acima de tudo, uma tentativa constante de mudança de atitude" (FREIRE, 1967, p. 93); ou a da revolução, significando "uma reviravolta, uma alteração radical e profunda de uma sociedade em sua estrutura política, econômica, social, geralmente por meios violentos [...] representando um confronto entre a ordem anterior e um novo projeto político-social" (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p. 241).

Fazendo um recorte dos princípios que fazem o ideário do Partido, compreende-se que alguns deles, por deflagrarem a luta contra a discriminação e o preconceito, pelo fato de reafirmarem a busca da tolerância e da pluralidade de pensamento e reconhecerem no Brasil um país diverso, devem referendar as políticas de cultura e de educação, pois indicam que no caminhar se poderá, pela educação, mudar posições e atitudes e assim consolidar uma sociedade justa.

Lula (2003 a 2010) assumiu o governo e fez do cantor e compositor baiano Gilberto Gil seu Ministro da Cultura. Em um dos pronunciamentos públicos, o Ministro ressalta que

o objetivo maior do governo Lula, é a recuperação da dignidade nacional brasileira - dignidade interna e externa, entrelaçadas. É a construção de um novo Brasil, socialmente mais equilibrado, mais saudável, e capaz de se afirmar como nação soberana no cenário internacional.²⁰

A fala remete à necessidade de se ampliar as discussões e também as intervenções, tecendo as políticas culturais com outras áreas: política, economia, educação e ao assim compreender, ultrapassa os conceitos de cultura como atividade artístico-cultural, agregando-lhe sentido antropo-

lógico; cultura como dimensão simbólica da existência social brasileira, como eixo condutor de identidades e diferenças que resultam das várias manifestações do sentir, do pensar e do fazer brasileiros, da realização da cidadania, pelo sentimento de pertencimento, e da superação da exclusão social, o que a traz definitivamente para juntar-se à educação, entrelaçando seus caminhos sendo, portanto, assunto de Estado, longe do ideal neoliberal deflagrado por FHC. Na visão do governo, o Estado atuaria não na

visão da velha cartilha estatizante, mas mais distante ainda do modelo neoliberal que faliu. Vemos o Governo como um estimulador da produção cultural. Mas também, através do Ministério da Cultura – MINC, como um formulador e executor de políticas públicas e de projetos para Cultura (GIL, 2006, p. 16).

24 A fala do Ministro é crítica aos dois formatos anteriores: o do Estado todo poderoso que tudo decidia e financiava (ditadura militar) e o do *Estado privatizado* (FHC) que repassava aos empresários o poder de decidir sobre o quê e a quem apoiar. Segundo o Ministro, o MINC foi pensado "no contexto em que o Estado começa a retomar o seu papel na vida brasileira" (GIL, 2006, p. 16) e a política cultural "como parte do projeto geral de construção de uma nação realmente, democrática, plural e tolerante" (GIL, 2006, p. 16). Mais uma vez, se observa a necessária presença da educação para dar conta do desafio. Se não for a escola, qual outra instituição tem capacidade de abraçar tal projeto e capilaridade para chegar a todos os brasileiros?

Ao proceder ao que chamou de "análise avaliativa de uma experiência em andamento" Rubim (2010)²¹ opta por buscar compreender como o governo Lula enfrentou as três tradições das políticas culturais nacionais no Brasil²², agrupadas por ele nas noções de ausências, autoritarismo e instabilidade.

Nas ausências, além daquelas que significam inexistência da presença de intervenção do Estado, estão as que intencionalmente tiram do Estado o poder de deliberação e também de decisão, tão bem representada pelo governo FHC, quando adotou o financiamento das políticas culturais pela via das leis de incentivo fiscal, deixando a decisão dos apoios à iniciativa privada. Para enfrentar esta tradição, o governo Lula adotou discurso crítico quanto à omissão do Estado frente à formulação e execução das políticas culturais para o Brasil e para os brasileiros. O debate

que se estabeleceu e ainda persiste é o da necessária revisão das leis de incentivo e utilizá-las como estratégia e mecanismo de financiamento das artes e da cultura que interessem ao país e não que venham agregar valor a uma marca. Embora no rumo certo, o caminhar se fez lento, e por isso, "até hoje a modalidade majoritária de financiamento à cultura no País continua sendo as leis de incentivo e, por conseguinte, o poder de decisão continua em mãos das empresas em detrimento do Estado" (RUBIM, 2010, p. 12).

A segunda noção que acompanha o desenvolvimento da cultura no País, o autoritarismo, conforme a elaborou Rubim (2010), vem sendo enfrentado pelo diálogo com a sociedade, rompendo o cerco das decisões tomadas pelos regimes ditatoriais, num primeiro momento, e pelo marketing empresarial, noutro. O governo Lula abriu canais para a participação da sociedade nas discussões sobre políticas culturais e a democratização das decisões passou a compor a agenda do Ministério da Cultura. O movimento de mobilização se estabeleceu na forma de encontros, seminários, audiências públicas e pela via das conferências nacionais de cultura que se realizaram entre os anos de 2005 e 2010. Nesse sentido merecem destaque as iniciativas dos programas "Cultura Viva" e seus pontos de cultura, espalhados pelo Brasil, além do "Mais Cultura". Ao lançar o "Mais Cultura", em 2007, o próprio Lula assim se pronunciou:

Para nós a cultura está investida de um papel estratégico, no sentido da construção de um país socialmente mais justo e de nossa afirmação soberana no mundo. Porque não a vemos como algo meramente decorativo, ornamental. Mas como a base da construção e da preservação da nossa identidade, como espaço para a conquista da cidadania, e como instrumento para superação da exclusão social – tanto pelo fortalecimento da auto-estima de nosso povo, quanto pela capacidade de gerar empregos e de atrair divisas para o país. Ou seja, encaramos a cultura em todas as dimensões, da simbólica à econômica. Vem ao nosso entendimento da cultura como uma das preocupações centrais do Estado.

Outro ponto a considerar na noção autoritarismo diz respeito à amplitude que o governo emprestou ao conceito de cultura que

deixa de ser restrito, ligado a patrimônio material e às artes e passa a abrigar o sentido antropológico, abrindo espaço para outras cul-

turas: populares, afro-brasileiras, indígenas, de gênero, de orientação sexual, das periferias, audiovisuais, das redes de tecnologias, etc"(RUBIM, 2010, p. 14).

Tal amplitude exige que as políticas públicas de cultura sejam assumidas pelo governo, não exclusivamente pelo MINC, que nessa concepção torna-se impotente se isolado das outras áreas, em especial a da educação.

A noção de instabilidade, por sua vez, indica que historicamente as políticas públicas são de governo e não de Estado, assim sendo, tais políticas são substituídas ao gosto do governante de plantão e para enfrentar o desafio de articular políticas culturais que transcendam o período governamental, o MINC com o apoio da sociedade concebeu o Sistema Nacional de Cultura (SNC), o Plano Nacional de Cultura (PNC) para 10 anos e o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 150. Esses instrumentos legais se constituem em estratégias para o que o Ministro Juca Ferreira denominou de avanços que se

26

Traduz na garantia crucial de recursos para a área, mas seu alcance é muito maior. Significa que, uma vez aprovados estes instrumentos, nós, brasileiros, enfim, surgiremos como pessoas e nação que se cultivam, que abandonam definitivamente o complexo de vira-latas apontado por Nelson Rodrigues, para, enfim, assumir-se no mundo como seres afeitos à cultura – a cultura que nos traduz, explica, alimenta e posiciona no mundo.²³

As iniciativas adotadas pelo governo Lula fazem frente à descontinuidade das políticas públicas, assegurando maior estabilidade ao planejamento para a cultura no Brasil (PNC) e garantem recursos financeiros para sua execução (PEC 150) ao determinar que, anualmente, 2% do orçamento federal, 1,5% dos estados e 1% dos municípios, advindos de receitas resultantes de impostos, sejam aplicados diretamente em cultura.

O PNC, em particular, traz diretrizes gerais para que os estados e os municípios elaborem seus próprios planos de cultura, a partir da orientação nacional, sem que se sintam obrigados a fazê-lo; a adesão é voluntária. O PNC foi concebido sob alguns princípios e estabeleceu seus objetivos, deixando a definição das metas para etapa posterior à sua aprovação pelo Congresso Nacional. Os princípios selecionados dizem da intenção

em respeitar a liberdade de expressão, criação e fruição de bens culturais, a diversidade e os direitos humanos; propõe a universalização do acesso à arte e à cultura como bens sustentáveis e também a responsabilização socioambiental; aposta na participação da sociedade como estratégia para a formulação das políticas culturais, assim como para exercer controle sob sua execução e responsabiliza os agentes públicos pela sua implementação, devolvendo ao Estado a missão de formular e executar políticas.

Os objetivos traçados no PNC partem da convicção de que este é um Brasil diverso, que seu patrimônio histórico e artístico, material e imaterial serão protegidos, assim como sua memória. Apontam para a universalização do acesso à arte e à cultura como bem para todos, reconhecendo os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores, inclusive, estimulando a inclusão dessas temáticas no ambiente escolar; abre espaço para o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos; reconhece a urgência em desenvolver a economia da cultura que se expressa no mercado interno, no consumo cultural e exportação de bens, serviços e conteúdos culturais. O PNC reconhece a necessidade de qualificar a gestão na área cultural no setor público, sem excluir o privado; assim como profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais. Descentralizar a implementação das políticas públicas de cultura é outro desafio ao qual se propõe o Plano, decididas em amplos processos de consulta à sociedade.

O rumo adotado pelo PNC responde aos preceitos da Constituição Federal, art. 215, e busca romper com as noções elaboradas por Rubim (2010), anteriormente citadas de *ausências*, *autoritarismo* e *instabilidade*. Tais noções, na leitura do governo Lula são equivocadas e prejudiciais para a formulação e para a execução das políticas culturais e conseqüentemente para o fortalecimento do sentimento de pertença que todos devemos desenvolver em relação ao Brasil.

Elementos das políticas culturais e políticas de educação nos planos de governo da Prefeitura de Fortaleza

A Secretaria de Cultura de Fortaleza realizou três conferências para definir os rumos das políticas de cultura para a cidade. A primeira em 2005, a segunda entre novembro e dezembro de 2007, e a terceira em 2009, demonstrando que a administração de Fortaleza, sintonizada com

os ideários nacionais, superou a "noção de autoritarismo" (RUBIM, 2010) ao escolher o caminho da participação e adotando como estratégia ouvir pessoas para definir rumos. Sobre a questão, Fátima Mesquita afirmou

Logo que assumimos o governo fizemos uma Conferência de Cultura para consolidar o programa de governo, depois fizemos uma segunda Conferência, que tratou mais da questão da institucionalização do parceiro. A Terceira Conferência foi pauta da pelas discussões da Conferência Nacional.²⁴

Informações contidas no documento I *Conferência Municipal de Cultura: textos e diretrizes aprovadas* apresentam Fortaleza como a primeira capital brasileira a assinar o Protocolo de Intenções para a criação do Sistema Nacional de Cultura com o Ministério da Cultura (MINC). A Secretaria de Cultura do Estado do Ceará já vinha, desde 2004, articulando com os municípios cearenses a organização de seus sistemas municipais e a adesão ao Sistema Nacional de Cultura, como relatou a Secretária:

28

Assim que a Prefeita assumiu esse processo já vinha acontecendo no Estado, mas nós aderimos. Nós aderimos e iniciamos a construção do nosso processo em 2005, aí é que veio a Primeira Conferência. Dentro da Primeira Conferência foram discutidos os temas "Gestão Pública", "Direito e Cidadania", "Memória e Patrimônio Cultural", "Sócioeconomia da Cultura" e "Comunicação e Cultura" (MESQUITA, 2010).

O acordo firmado entre Prefeitura de Fortaleza e o MINC previa a

criação de condições institucionais para a implantação de um modelo para a cultura de caráter democrático e permanente, que privilegia a participação popular, a democratização dos recursos, a descentralização das ações e a transparência na promoção de políticas públicas (CONFERÊNCIA DE CULTURA, 2006).

A I Conferência Municipal de Cultura de Fortaleza discutiu e aprovou diretrizes que se consolidarão no Plano Municipal de Cultura e se desenvolveu a partir do tema: *Estado e Sociedade, construindo as políticas públicas de Cultura* que se desdobrou em outras discussões: *Gestão*

Pública de Cultura; Direitos e Cidadania; Memória e Patrimônio Cultural; Cultura e Turismo Sustentável; Socioeconomia da Cultura; e, Comunicação e Cultura.

A gestão da cidade reconheceu a I Conferência de Cultura realizada em 2005 como uma instância de participação política legítima, conforme está expresso no documento norteador das discussões:

a atual administração aposta na participação das pessoas que vivem e constroem a nossa cidade, na gestão pública e na criação de uma nova cultura política. A Conferência deve ser entendida como um espaço de pactuação entre governo municipal e a sociedade civil para a definição de diretrizes de Políticas Públicas de Cultura para a cidade de Fortaleza (CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA, 2006).

Entende também que:

cultura não é algo restrito ao universo das artes e dos artistas, é mais amplo, diz respeito aos saberes da vida, abrange todas as pessoas que vivem e fazem a cultura pulsar [...] esse é um espaço de decisões políticas, de explicitação de diferenças, conflitos, interesses, concepções e também de proposições e de estabelecimento de consensos (CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA, 2006).

29

Ao analisar o eixo de Educação, identifica-se a ideia de que, na interpretação da Prefeita, na primeira gestão, "a Educação assumiu um papel fundamental no esforço de transformação da cidade em uma Fortaleza bela e educadora". (PROGRAMA DE GOVERNO 2009 a 2012 – *Nossa obra é cuidar bem das pessoas*). O Plano não traz dados que registrem o que foi conseguido realizar no período entre 2004 e 2008. Na segunda gestão, em curso, "o grande desafio será garantir não só a continuidade e fortalecimento das ações estruturantes realizadas, mas também dar saltos qualitativos". (PROGRAMA DE GOVERNO 2009 a 2012) A concretização desses "saltos" se viabilizará, diz o documento, "por meio de parcerias entre os governos estadual e federal" (PROGRAMA DE GOVERNO 2009 a 2012), mas não esclarece como ocorrerão as parcerias.

O que está proposto no segundo Plano de Governo para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino de Jovens, Adultos e Idosos²⁵

resulta da convergência entre o projeto de futuro e realidade presente, entre ousadia e coragem, entre o que se quer construir e o já construído. São propostas que se organizam por sua sustentabilidade, por sua racionalização no uso do dinheiro público, mas também por sua ousadia em propor, por exemplo, mais tempo de permanência de nossos alunos e alunas nas escolas; reforma curricular, processos de avaliação institucional; política de formação continuada dos professores; fortalecimento do Fundo Municipal de Educação e o reforço da gestão democrática nas unidades de ensino. (PROGRAMA DE GOVERNO 2009 a 2012).

No documento identificam-se algumas iniciativas em articular cultura e educação. Na Educação Infantil, "primeira etapa da educação básica que tem como finalidade o desenvolvimento integral das crianças", conforme está expresso na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Seção II, art. 29, está definido que será "intensificada a relação da Educação Infantil com as demais etapas e com outras áreas, especialmente a Cultura". (PROGRAMA DE GOVERNO 2009 a 2012); no Ensino Fundamental, o Plano reafirma compromissos assumidos na primeira gestão e mantém como proposta "garantir a história dos afro-descendentes e demais etnias no currículo" (PROGRAMA DE GOVERNO 2009 a 2012); traz a ideia da *Escola Criativa* como alternativa para o contraturno; propõe a permanência das salas de leitura nas escolas; a "consolidação e o aperfeiçoamento do espaço escolar para atividades recreativas, culturais, esportivas e comunitárias" (PROGRAMA DE GOVERNO 2009 a 2012); "a publicação de livros e textos construídos por alunos e professores" (PROGRAMA DE GOVERNO 2009 a 2012) e ainda a "ampliação de projetos realizados com a Secretaria de Cultura de Fortaleza como a escola de dança e bibliotecas extra-escola" (PROGRAMA DE GOVERNO 2009 a 2012). No item que trata da Formação e Valorização dos Trabalhadores em Educação, identificam-se algumas propostas de trabalho que revelam articulação entre educação e cultura: a "expansão do programa de publicação de livros e textos construídos por professores e alunos" (PROGRAMA DE GOVERNO 2009 a 2012), a inclusão nos "cursos de formação continuada de conteúdos referentes às relações de gênero e etnias" (PROGRAMA DE GOVERNO 2009 a 2012), o incentivo para que os "trabalhadores em educação ampliem suas habilidades artísticas e culturais" (PROGRAMA DE GOVERNO 2009 a 2012) e também a "capacitação em história da África" (PROGRAMA DE GOVERNO 2009 a 2012). O eixo Direitos Humanos reafirma compromissos com o segmento das mulheres, as-

sim como com a promoção da igualdade racial e com a diversidade sexual, visando "garantir o fortalecimento de direitos dos diversos segmentos sociais historicamente discriminados" (PROGRAMA DE GOVERNO 2009 a 2012). Ainda neste eixo, o documento propõe o desenvolvimento de projetos como o "Crescer com Arte, visando a complementar o processo educativo de crianças e adolescentes" (PROGRAMA DE GOVERNO 2009 a 2012) e o "Projeto Cidade Grafite que oferece aos jovens a possibilidade de realização e expressão artística cidadã" (PROGRAMA DE GOVERNO 2009 a 2012). As propostas do eixo Direitos Humanos, no entanto, não aludem à articulação com a educação, nem esclarecem se o público desses projetos é formado por alunos e alunas.

Se a utopia²⁶ petista é

realizar uma gestão que assuma a responsabilidade de criar oportunidades para a distribuição da riqueza, do saber e do poder [...] assumindo compromisso ético e político com a superação de todas as formas de opressão humana [...] sintonizada com o ideário socialista democrático mundial (PROGRAMA DE GOVERNO DA PREFEITURA DE FORTALEZA: 2004-2008)

Então, há de se percorrer um caminho onde as políticas públicas de cultura e de educação se entrelacem na perspectiva de uma escola pública que se funde em princípios democráticos, no respeito aos direitos das minorias e na pluralidade de pensamento; uma escola que trabalhe os direitos culturais como garantia de cidadania e de inclusão social.

É tese defendida por Vera Candou (2008), que "não é possível conceber uma experiência pedagógica desculturalizada, isto é, desvinculada totalmente das questões culturais da sociedade". O que nos move é a crença de que uma escola pensada e realizada numa concepção do multiculturalismo intercultural poderá vir a conseguir melhores resultados de permanência e de aprendizagem dos alunos e cumprir assim o seu papel social. Para tornar-se real, pensamos que esse modelo de escola desenvolverá o trabalho educativo casado com as políticas culturais.

Referências bibliográficas

BARBALHO, Alexandre. Conceito de política cultural. In: RUBIM, Linda (Org.). **Organização e produção da cultura**. Salvador: Edefba, 2005.

_____. **Textos nômades:** política, cultura e mídia. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade:** entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRANT, Leonardo. **O poder da cultura.** São Paulo: Peirópolis, 2009.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: s/e, 1988.

CANDAU, V.M. **Reinventar a escola.** Petrópolis: Vozes, 2008.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **Civilização e Cultura.** São Paulo: Global, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

JAPIASSÚ Hilton; MARCONDES Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. (Org.). **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008.

LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEREDO Rubens. **A era FHC:** um balanço. São Paulo: Cultura Editores Associados: 2002.

LEITÃO, Claudia; SANTOS, Fabiano dos (Org.). **Seminário Cultura XXI:** seleção de textos. Fortaleza: SECULT, 2006.

PARTIDO DOS TRABALHADORES, Concepções e diretrizes do programa do governo do PT.

_____. **Carta de princípios.** São Paulo: s/e, 1979.

_____. **Manifesto de fundação.** São Paulo: s/e, 1980.

_____. **O Socialismo petista.** Belo Horizonte: s/e, 1999.

_____. **Compromisso e mudança: carta de princípios do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após eleição de 2002.** São Paulo: s/e, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, Políticas Culturais de Fortaleza, 2004/2008.

_____. **Plano Municipal de Educação de Fortaleza – 2007.**

_____. **Programa de governo – Por amor a Fortaleza: construir uma cidade bela, justa e democrática, 2004 a 2008.**

_____. **Plano de governo** – Nossa meta é cuidar bem das pessoas, 2009 a 2012.

REIS, Elisa Pereira. Política e Políticas Públicas na Transição Democrática. In: MOURA, Alexandrina Sobreira de (Org.). **O Estado e as políticas públicas na transição democrática**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1989.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Notas

- ¹ Organismo das Nações Unidas que trata assuntos de educação, cultura e ciências.
- ² Os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos e estão indicados no artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.
- ³ Zygmunt Bauman diz na introdução do seu livro **Globalização, as consequências humanas** (1999, p. 7), "que a *globalização* é o destino irremediável do mundo, um processo irreversível; é também um processo que nos afeta a todos na mesma medida e da mesma maneira. Estamos todos sendo *globalizados* – e isso significa basicamente o mesmo para todos". O mesmo autor, no livro **Identidade** (2005, p. 11), refere-se à globalização como "uma *grande transformação* que afetou as estruturas estatais, as condições de trabalho, as relações entre os Estados, a subjetividade coletiva, a produção cultural, a vida cotidiana e as relações entre o eu e o outro" e a denomina como *modernidade líquida*. Stuart Hall (2001, p.7) denomina a pós-modernidade de *modernidade tardia*. Para o autor, *globalização* é um complexo de processos e forças, de mudanças" (HALL, 2001, p. 67). Refere-se "àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais [...] tornando o mundo, em realidade e experiência, mais interconectado" (McGrew, citado por Hall, 2001, p.67).
- ⁴ Indústria cultural é um termo cunhado pelos filósofos e sociólogos alemães Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973), membros da Escola de Frankfurt. Os autores criaram o conceito de

Indústria Cultural para definir a conversão da cultura em mercadoria. O conceito não se refere aos veículos (televisão, jornais e rádio), mas ao uso dessas tecnologias por parte da classe dominante. A produção cultural e intelectual passa a ser guiada pela possibilidade de consumo mercadológico.

- 5 Quando ainda senador pelo seu estado (Arena-MA), José Sarney apresentou projeto de lei para conceder benefícios fiscais, na área do Imposto de Renda, a toda operação de caráter cultural ou artístico. Dessa data (26 de setembro de 1972) até a assinatura do decreto que regulamenta a lei (3 de outubro de 1986), o autor fez cinco tentativas para viabilizar as suas idéias e o projeto inicial passou por várias alterações. A lei no. 7.505/72, denominada "Lei Sarney", define termos para doação, patrocínio e investimento e seus campos de abrangência; especifica o nível de dedução no imposto de renda que cabe a cada um deles; estabelece multas e penas rigorosas às fraudes irregularidades; dentre outros.
- 6 *As Diretas, Já* foi um movimento de mobilização nacional a favor do restabelecimento das eleições para os cargos majoritários. Dante de Oliveira foi o deputado autor da emenda que modificaria a Constituição para reintroduzir no Brasil as eleições diretas. A votação da emenda se deu em 25 de abril de 1983 com o seguinte resultado: 298 votos a favor, 65, contra, 03 abstenções e 112 deputados não compareceram para votar. A proposta para ser aprovada precisaria de mais 22 votos, ou seja, 2/3 dos votos da Câmara Federal. O resultado definiu que a escolha do Presidente se faria no Colégio Eleitoral, o que coadunava com os interesses dos militares. VILLA (2001, p. 19).
- 7 Tancredo Neves foi eleito com 480 votos, contra 180 de Paulo Maluf e 17 abstenções.
- 8 O Presidente Collor de Melo governou o Brasil de 1990 a 1992, sendo afastado por *impeachment*.
- 9 A lei recebeu esse nome em homenagem ao seu mentor, Sérgio Paulo Rouanet, ensaísta que assumiu a Secretaria de Cultura em 1991. Difere da Lei Sarney no rigor dos mecanismos de controle e fiscalização, já que pesava sobre a lei anterior a possibilidade de fraudes, provocada pelas "brechas" contidas no texto.
- 10 A vigência da lei Rouanet foi prorrogada para 2010 e tramita no Congresso projeto de reformulação e ampliação de vigência para 2016.
- 11 O agente cultural era o profissional capacitado para lidar com opera-

ções financeiras, tinha conhecimento sobre a área tributária, as finanças e o marketing.

- 12 Segundo Lamounier e Figueiredo (2002), ao longo do governo Itamar Franco, apenas 72 empresas se valeram da Lei Rouanet para investir na cultura, no primeiro ano do governo FHC esse número saltou para 235. Em 1996, foram 614 e em 1997, 1.133. A partir de 1998, os números caíram, chegando, em 1999, a apenas 1.040 empresas investidoras em cultura.
- 13 Em 1999 as regiões Sul e Sudeste tiveram 630 projetos aprovados, dos quais 111 conseguiram captar recursos, contra 93 aprovados e apenas 17 financiados no restante do País. Das 687 ações no campo do Patrimônio Histórico, entre 1996 e 1999, 392 ficaram concentradas no eixo sul-sudeste. Dos 795 projetos para a área de livros e bibliotecas, 293 se concentraram nas mesmas regiões. (LAMOUNIER; FIGUEREDO, 2002, p. 647).
- 14 O grupo era formado por sete ministros de Estado, cinco profissionais de cinema e um de televisão, com a meta de chegar em 2006 à produção de duzentos filmes por ano, ocupando 35% do mercado brasileiro de cinema (LAMOUNIER; FIGUEREDO, 2002, p. 643).
- 15 Os números indicam, em 1970, queda de 225 milhões de espectadores/ano para 90 milhões/ano. Nos anos de 1950 eram 4.500 salas de cinema espalhadas pelo País e em 1970, apenas 1.600 salas. (LAMOUNIER & FIGUEREDO, 2002, p. 644).
- 16 Entre os anos de 1996 e 2000, 754 projetos na área de artes cênicas captaram recursos financeiros.
- 17 Nascida das lutas populares, mobilizada e organizada "para defender seus interesses, para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes"; e estava constituída por "operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores das periferias, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados". (MANIFESTO PRÓ-PT, 1980).
- 18 A ditadura militar (1964) havia transformado os sindicatos em órgãos assistenciais, destituindo-os do cunho político reivindicatório. Tal medida foi buscar amparo no corpo de leis elaboradas durante o Estado Novo (1937-1945).
- 19 Segundo o *Dicionário Básico de Filosofia* (2008, p. 274) "o temo uto-

pia foi criado por Tomás Morus em sua obra *Utopia*, em 1516, significando literalmente *lugar nenhum* [...]. Em um sentido mais amplo, designa todo projeto de uma sociedade ideal e perfeita [...] assume sentido pejorativo ao se considerar esse ideal como irrealizável [...] possui um sentido positivo quando se defende que esse ideal contém o germe do progresso social e da transformação da sociedade".

²⁰ Fala proferida na abertura do Seminário Cultura XXI, realizado pela Secretaria da Cultura do Governo do Estado do Ceará, em 2006.

²¹ Muitas das proposições de cultura do governo Lula, encontram-se em curso e, em especial em tramitação no Congresso Nacional, a exemplo do Sistema Nacional de Cultura e do Programa Nacional de Fomento e incentivo à Cultura.

²² Essas "tradições" estão detectadas na Pesquisa Políticas Culturais no Brasil: itinerários, atualidades e desafios contemporâneos, realizada com o apoio do CNPq entre 2007 e 2010.

²³ Divulgada no <http://www.jornaldeturismo.com.br>

²⁴ Declaração feita pela Secretária de Cultura de Fortaleza, professora Fátima Mesquita em entrevista concedida em 5 de maio de 2010, na Vila das Artes, em Fortaleza.

²⁵ O Programa Nacional não inclui os idosos na Educação de Jovens e Adultos – EJA. Essa foi uma opção da Prefeitura de Fortaleza, visando a oferecer chances de escolarização para homens e mulheres acima de 60 anos.

²⁶ Segundo o *Dicionário Básico de Filosofia* (2008, p. 274) "o termo utopia foi criado por Tomás Morus em sua obra *Utopia*, em 1516, significando literalmente *lugar nenhum* [...] Em um sentido mais amplo, designa todo projeto de uma sociedade ideal e perfeita [...] assume sentido pejorativo ao se considerar esse ideal como irrealizável [...] possui um sentido positivo quando se defende que esse ideal contém o germe do progresso social e da transformação da sociedade".